

Catadora(e)s de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Belém: (Neo)extrativistas dos Ecossistemas Urbanos na Floresta Amazônica

Solid Waste Collectors in the Metropolitan Region of Belém: (Neo) Extractivists of the Urban Ecosystems in the Amazon Forest

Thomas A. Mitschein - Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Muenster - Alemanha, coordena a implementação do Programa Interdisciplinar Trópico em Movimento e é professor do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA).

Lucila Jenille Moraes Vilar - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Tropicó Humido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (UFPA).

Resumo

O presente artigo aborda aspectos como, população, *déficit* educacional e pobreza na Região Metropolitana de Belém (RMB) para contextualizar os desafios da integração proativa dos catadore(a)s nas cadeias produtivas de reciclagem de resíduos sólidos, tendo como referencial teórico o conceito do ecodesenvolvimento na acepção de Ignacy Sachs (2006). A primeira parte do texto traz análises quantitativas de aspectos da estrutura socioeconômica da RMB. No segundo momento do trabalho problematizamos adversidades e desafios da organização própria dos catadores em associações e cooperativas.

Abstract

The present article addresses aspects such as population, educational deficit and poverty in the Metropolitan Region of Belém (RMB) to contextualize the challenges of the proactive integration of catadore (a) s in the production chains of solid waste recycling, having as theoretical reference the concept of the Ecodevelopment within the meaning of Ignacy Sachs (2006). The first part of the text brings quantitative analyzes of aspects of the socioeconomic structure of RMB. In the second moment of the work we problematize adversities and challenges of the own organization of the collectors in associations and cooperatives.

Palavras-chave

Região Metropolitana de Belém.
Ecodesenvolvimento. Cooperativismo.
Associativismos. Resíduos Sólidos.

Keywords

Metropolitan Region of Belém.
Ecodevelopment. Cooperativism.
Associations. Solid Waste.

INTRODUÇÃO

Pensar a questão dos Resíduos Sólidos é um desafio que afeta diretamente a Região Metropolitana de Belém (RMB), com aproximadamente 2.5 milhões de habitantes é o maior polo urbano do Estado do Pará e produz cerca de 4.100 toneladas de lixo por dia. No que diz respeito ao campo do seu tratamento nos moldes da Lei No. 12.305/10, recicláveis, continua revelando gargalos gigantescos, entre eles se destacam a integração proativa dos catadore(a)s nas cadeias produtivas de reciclagem dos resíduos, envolvendo um setor social que, pelas necessidades de sua própria sobrevivência, está dando, faz décadas, uma contribuição relevante para a remoção do lixo na RMB e precisa ser valorizado enquanto categoria profissional. Mas, antes de discutir as adversidades e desafios do associativismo e do cooperativismo empreendedor deste protagonista social, abordaremos, numa rápida pincelada, aspectos da estrutura socioeconômica do maior polo urbano do Estado do Pará que vive literalmente de costas para a sua vocação amazônica.

1 A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: VIVENDO DE COSTAS PARA SUA VOCAÇÃO AMAZÔNICA

A Região Metropolitana forma através dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Barbara, o maior espaço urbano integrado do Estado, abrigando 27% de todo o seu efetivo demográfico e dispendo, com a capital paraense, de uma das principais *ciudades-testemunha* da Amazônia que, depois do *boom* da borracha, acabou perdendo sua função de entreposto comercial entre o seu *hinter land* amazônico e o exterior e, doravante, deixou de se reinventar em termos socioeconômicos. Na realidade, não encontrou vocação econômica com perspectivas novas numa situação histórica em que o eixo da política do Estado Nacional tinha sido deslocado definitivamente para o objetivo da industrialização retardatária do Brasil. Desta maneira, vivenciou entre 1960 e 1980 uma verdadeira explosão demográfica, que proporcionou a ampliação desordenada do espaço físico dos seus bairros periféricos e a multiplicação das fileiras de uma força de trabalho com baixos níveis de instrução

educacional e profissional. Enfim, acabou se tornando no Estado do Para o *frontrunner* de uma *urbanização selvagem*, (Mitschein, Miranda, Paraense 1989), que:

- Segrega, porque nega à esmagadora maioria da população condições minimamente civilizatórias em áreas como educação, saúde, saneamento, moradia, renda familiar e segurança alimentar¹;
- Uniformiza, porque sujeita os setores populares às mensagens de uma cultura global comercializada que, transmitidas diariamente pela mídia e seus programas de divertimento, lhes tiram, como diriam Adorno e Horkheimer (2006, p. 119) “a última ideia de resistência que a (sua) realidade ainda deixa subsistir”;
- Tem se tornado a principal fonte do aumento dos índices de criminalidade e de violência, reservando a um crescente número de jovens de baixa renda apenas “uma utopia negativa - o mito hobbesiano da guerra de todos contra todos” (Enzensberger, cit. in: Mitschein, Chaves, Miranda, 2006 p. 10).

1.1 POPULAÇÃO

Abrigando em 2010, com os seus 2.040.843 habitantes, 27 % de todo o efetivo demográfico do Pará, os cinco Municípios da Metropolitana de Belém alcançaram, no mesmo ano, uma taxa de urbanização que quase bateu no teto dos 100%. No que diz respeito ao seu índice de crescimento populacional, este, na primeira década do século XXI, estava menor do que o respectivo valor médio do Estado (ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - População residente e urbana nos Municípios da Metropolitana de Belém - 2000 e 2010

Municípios	2000			2010		
	(1) População residente	(2) População urbana	(2) de (1) Em %	(1) População residente	(2) População urbana	(2) de (1) Em %
Belém	1.280.614	1.272.354	99,35	1.393.399	1.381.475	99,14
Ananindeua	393.569	392.627	99,76	471.980	470.819	99,75
Marituba	74.429	64.884	87,18	108.246	107.123	98,96

¹Na virada do século XX para o século XXI, em Belém, 40% das crianças viviam em famílias com uma renda inferior à meio salário, 65,5% da população ocupada (POC) ou trabalhavam por conta própria ou sem carteira assinada, 54,83 dessa mesma POC não ganhavam mais do que 2 salários mínimos, 45,3 % da população adulta não tinham completado 8 anos de estudo e 20% dos mais pobres se apropriavam exatamente de 1,9% do PIB municipal. Fonte: Censo demográfico do IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD.

Benevides	35.546	20.912	58,83	51.651	28.912	55,98
Santa Barbara	11.378	4.009	35,23	17.141	5.458	31,81
Total	1.795.536	1.754.786	97,73	2.042.417	1.993.8787	97,62

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 75

Tabela 2 - Crescimento relativo da população residente e urbana na Metropolitana de Belém e no Estado do Pará em % - 2000 até 2010

Regiões	População Residente	População Urbana
Metropolitana de Belém	13,7	13,6
Estado do Pará	22,5	25,8

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 75

1.2 DÉFICIT EDUCACIONAL

Conforme a Tabela 3, durante a última década do século XXI, nem em Belém e nem em Ananindeua, em termos demográficos os dois maiores centros urbanos do Pará, a média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) sequer chegou a aumentar por um ano só. Além disso, o fato de que, em 2010, a taxa de conclusão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos oscilou entre 42,2% (Santa Bárbara) e 51 % (Belém) mostra uma nítida tendência de perpetuação do acumulado *déficit* educacional em todos os Municípios da Metropolitana de Belém.

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo e média de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais) na Metropolitana de Belém em 1991 e 2000 e índice de evasão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos - 2010

Municípios	1991		2000		Taxa de evasão do ensino fundamental de jovens entre 15 e 17 anos
	Taxa de analfabetismo	Média de anos de estudo	Taxa de analfabetismo	Médio de anos de estudo	
Belém	8,9	6,8	6	7,7	51
Ananindeua	9,3	6,2	6,9	7	49,8
Marituba	20,5	4,1	11,9	5,6	50,7
Benevides	22,4	3,8	13,8	5,3	44,8
Santa Bárbara	25,9	3,2	15,8	4,8	42,2

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 76

1.3 PROPORÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVEM ENTRE A LINHA DA INDIGÊNCIA E DA POBREZA E ABAIXO DA LINHA DA INDIGÊNCIA

Em 2010, de uma população residente de 2.040.843 habitantes, 16,4 % viviam entre a linha da indigência e da pobreza e embaixo da linha da indigência, envolvendo 334.327 pessoas que, conjuntamente, chegariam a representar o terceiro maior Município do Pará.

Tabela 4 - População residente e população que vive entre a linha da indigência e da pobreza e abaixo da linha da indigência nos Municípios da Metropolitana de Belém - 2010

Municípios	População residente	População que vive entre a linha da indigência e da pobreza	Em %	População abaixo da linha da indigência	Em %
Belém	1.393.399	129.586	9,3	86.391	6,2
Ananindeua	471.980	44.838	9,5	33.039	7
Marituba	108.246	12.015	11,1	9.850	9,1
Benevides	51.651	7.231	14	4.597	8,9
Santa Bárbara	17.141	4.251	24,8	2.777	16,2
Total	2.042.417	197.922	9,7	136.654	6,7

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 77

1.4 UMA ECONOMIA LOCAL QUE PRECISA SE ABRIR PARA O APROVEITAMENTO DA BIOMASSA TERRESTRE E AQUÁTICA DAS ECORREGIÕES AMAZÔNICAS

Cantada em verso e prosa como capital da borracha, Belém se apresentava, na passagem do século XIX para o século XX, como o centro urbano mais avançado da Amazônia, acompanhando, segundo Theodoro Braga (*in* Penteado 1968), todo o evoluir da civilização europeia. No entanto, tais abordagens um tanto quanto ufanistas se tornaram obsoletas, na medida em que as plantações gomíferas no Sudeste asiático destronaram a *Hevea brasiliensis* nativa como fornecedora principal de látex para o mercado mundial. A partir daí, a capital paraense entrou por três décadas numa fase de hibernação até em termos demográficos. Contudo, esta situação começou a mudar entre 1960 e 1980. Neste período, a população residente de Belém chegou a alcançar quase um milhão de habitantes. Desta maneira, ganhou forma uma economia local caracterizada, fundamentalmente, por fatores como:

- Altas taxas de desemprego e subemprego, que em termos estatísticos, continuam sendo camufladas pelas flagrantes diferenças entre PEA (População Economicamente Ativa) e POC (População Ocupada);
- Expressivos índices de uma POC que trabalha por conta própria e sem carteira assinada;
- Baixa média de remuneração da força de trabalho local, da qual mais do que a metade ganha apenas até dois salários mínimos, e
- Flagrante dependência de um setor terciário *inchado* que, responsável por 70% do PIB municipal (ver Tabela 5), absorveu, no ano da virada do século XX para o século XXI, quase 82% da população em idade de trabalhar.

Tabela 5 - Composição setorial do PIB de Belém em milhões R\$ e percentagem por setor - 2000 e 2010

Ano	(1)	Em %	(2)	Em %	(3)	Em %	(4)
	Setor 1	(1) de (4)	Setor (2)	(2) de (4)	Setor (3)	(3) de (4)	Total
2000	10.113	0,15	912.775	14,1	4.962.473	72,58	6.464.402
2010	31.987	0,17	2.525.862	14	12.100.397	70	17.987.323

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 78.

Trata-se de uma dinâmica socioeconômica que se reproduz nos outros Municípios da Região Metropolitana, com os quais Belém estava produzindo em 2015 quase 36% da riqueza oficialmente contabilizada do estado.

Tabela 6 – PIB'S dos Municípios da Metropolitana de Belém e sua participação relativa no PIB paraense

Município	PIB e Mil Reais	Participação relativa no PIB paraense
Belém	17.987.323	23,11
Ananindeua	3.669.747	4,71
Marituba	633.231	0,81
Benevides	599.178	0,77
Santa Bárbara	66.930	0,08
Total	22.956.410	29,48
Pará	77.847.597	100

Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 79.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, nos dias de hoje, a capital paraense está abrigando um número considerável de instituições técnico-científicas de cunho público e privado, envolvidas, por sua vez, na discussão sobre o futuro da maior floresta tropical do planeta. Contudo, reconhecemos *expressis verbis* que uma estratégia deste tipo está separada por distâncias oceânicas do *mainstream* da política brasileira. Mas mesmo assim, diante da profunda crise em que se encontram os referenciais político-econômicos de cunho (neo)desenvolvimentista e (neo)liberal, todos aqueles protagonistas do *gigante pela própria natureza* que insistem no alcance de um mínimo de sustentabilidade social, econômica e ambiental para o país, deveriam se relacionar seriamente com a proposta de transformar as áreas já desmatadas da Amazônia - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km² num espaço de inovação técnico-econômica em torno da elevação sistemática da "produtividade primária da biomassa dos campos, da floresta e das águas"(Sachs 2006, p. 231), proporcionará ao país a oportunidade de criar o embrião de uma "civilização original dos trópicos" (*ibid.*, p.403), insumo necessário para iniciar a revisão de um modelo de acumulação que desperdiça de forma estrondosa as potencialidades endógenas de desenvolvimento dos múltiplos espaços locais em todas as regiões do território nacional. (Mitschein, Lima 2015). Contudo, é preciso realçar que os gestores municipais da região, mesmo com governos nacionais que, ainda, não se convenceram do imperativo categórico de “fazer do soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira metade do século XXI”(Mangabeira Unger 2008, p.1), podem aplicar instantaneamente esta proposta pelo menos em dois campos de importância estratégica: Primeiro, no da merenda escolar que permite usar a produção local de alimentos como elemento essencial para garantir formas adequadas de nutrição para os alunos do ensino fundamental e médio nos municípios amazônicos. (Mitschein, Saviniano 2017). E, em segundo lugar, através do aproveitamento dos resíduos orgânicos que representam aproximadamente 52% lixo domiciliar e, através da criação de unidades de compostagem, estão abrindo condições para produzir numa escala considerável adubo orgânico que pudesse facilitar a produção de hortaliças e frutas com preços preferenciais para a população de baixa renda. Além disso, o redirecionamento do lixo orgânico para este fim reduziria a menos pela metade o volume original deste mesmo com a conseqüente possibilidade de duplicar o armazenamento dos aterros sanitários, o que resultaria numa significativa redução dos gastos públicos na área do saneamento. Mas avanços nestas linhas de ação dependem

obviamente de estratégias locais que associam determinação política, competência técnica e a vontade de ampliar e consolidar o diálogo com a população.

2- O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO PROATIVA DOS CATADORE(A)S DA REGIÃO METROPOLITANA NAS CADEIAS PRODUTIVAS DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 1992, de acordo com Gomes (2010, p. 106), foi implantado o projeto “Complexo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém”, o qual era composto por uma usina de incineração de resíduos de alto risco destinada a queima de lixo hospitalar, uma usina de reciclagem e compostagem e de um aterro sanitário que, na época, não foi efetivado. Com a contínua descarga descontrolada de resíduos no local somada a desativação da usina de incineração houve o surgimento do lixão a céu aberto, que foi ganhando proporções cada vez maiores ao longo da década de 1990, causando contaminação do solo, da água, bem como a proliferação de doenças, pela presença de diversos vetores. Durante esta década houve o aumento da produção de lixo na RMB, refletindo o aumento do consumo de materiais potencialmente recicláveis. A primeira intervenção na área após esse período ocorre em 1998, quando é realizado pela FUNPAPA um diagnóstico social dos catadores de lixo que atuavam no Aurá.

O aterro sanitário do Aurá estava localizado em Santana do Aurá, distrito administrativo do Entroncamento (DAENT), da cidade de Belém, a qual está dividida em distritos. Ponte (2006) fez uma pesquisa antropológica com as crianças que moravam próximo ao lixão e percebeu que o ambiente insalubre em que os catadores desenvolviam seu trabalho era algo chocante e desumano, em que “os diversos cheiros exalando parecem revelar o cotidiano e a luta incansável das pessoas para sobreviver” (p. 28), e “cheiro de podridão, decomposição, mistura-se com a combustão de gases, dando-nos a impressão de que aquele espaço não pode ser habitado por gente” (p.28), na estrada que dava acesso ao lixão do Aurá, as montanhas de resíduos eram a expressão visual da imponência “do lixo que exerce um lugar imperativo no cotidiano familiar” (p.29).

No dia 5 de julho de 2015, o lixão teve suas atividades encerradas. O espaço recebia cerca de 22 toneladas de resíduos provenientes dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. A desativação do espaço cumpriu a determinação da Lei

Nacional de Resíduos Sólidos² (nº 12.305/2010), que exige ainda que todas as administrações públicas municipais, independente do seu porte e localização, devem construir aterros sanitários adequados para receber os resíduos produzidos pelos cidadãos. No dia 25 do mesmo mês, Belém passou a depositar o lixo em um aterro sanitário construído pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos, na Alça Viária, em Marituba. A empresa é do grupo Solví, um dos maiores grupos de tratamento de resíduos da América Latina. O acordo foi firmado entre a Prefeitura de Belém e representantes da empresa.

Após o fechamento do lixão do Aurá, os mais de mil catadores que sobreviviam diretamente da coleta se viram desamparados e buscaram no associativismo uma maneira de juntar esforços para fortalecer a categoria e lutar por melhorias nas condições de sua sobrevivência.

2.1 CATADORA(E)S DE RESÍDUOS: (NEO)EXTRATIVISTAS NOS ECOSSISTEMAS URBANOS DA FLORESTA AMAZÔNICA

Em sua publicação “Urbanização selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia – O Caso de Belém” Mitschein, Miranda, Paraense (1989) abordam as condições reprodutivas e as formas de organização social de uma mão de obra que, no período 1960 a 1980, trocou as áreas rurais da Bragantina, do Salgado, da Ilha do Marajó ou do Baixou Tocantins pelos bairros periféricos da Capital Paraense, justificando a sua opção pela cidade grande de uma forma bastante ambivalente: A migração se tornou necessária pela precariedade de sua vida nos seus lugares de origem. Mas se nestes mesmos lugares tivesse tido alternativas econômicas e sociais, teria sido melhor não vir à Belém, onde a monetarização dos principais insumos de sua sobrevivência (comida, casa, deslocamentos diários etc.) estava se tornando um verdadeiro pesadelo para eles. Por uma razão bastante clara: considerando que, em sua esmagadora maioria, não tinham acesso aos circuitos formais do mercado de trabalho, enfrentavam com angústia o desafio de garantir o “pão de cada dia” num ambiente urbano que tinha desvalorizado radicalmente suas experiências de trabalho acumuladas

² A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305 e regulamentada pelo Decreto 7.404, ambos de dezembro de 2010, reúne o conjunto de objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Municípios ou particulares, visando a Gestão Integrada e o Gerenciamento Ambientalmente Adequado dos Resíduos Sólidos.

no âmbito da agricultura familiar. Mas deixou-lhes vislumbrar com a coleta de resíduos uma perspectiva ainda que precária de sustento próprio, aproveitada, sobretudo, por mulheres que representam a parcela maior dos catadores, se fazendo presentes de forma notável no âmbito do processo complexo de auto-organização da categoria pela sua liderança destacada nas associações e cooperativas dos catadores.

Quanto à sua inserção no processo produtivo, as catadoras dedicam, via de regra, durante quatro dias da semana seis horas à coleta de resíduos, executando um trabalho pesado com baixa remuneração – a renda média \$ 651 – que tem incentivado o agrônomo Pedro Saviniano Miranda, pesquisador do Trópico e consultor do Projeto de “Incubação” em traçar uma linha de parentesco entre as catadoras de resíduos da Região Metropolitana e as extrativistas da Amazônia como as coletoras das sementes de Andiroba (*carapaguianensis*) em Salvaterra na Ilha de Marajó e as quebradeiras do coco de Babaçu (*orbignya sp.*). Aliás, por razões bastante convincentes:

1. Considerando que, via de regra, não frequentam cursos de capacitação técnica, o conhecimento e as habilidades aplicados no âmbito de suas atividades de sustentação adquiriram-se empiricamente;
2. Referências de conduta social, baseadas no princípio da ajuda mútua e da solidariedade, são insumos indispensáveis para a organização do processo de trabalho;
3. A matéria prima usada é algo que, por mais que tenha um considerável potencial de aproveitamento industrial, não está sendo disputada por outros atores da sociedade;
4. Além da disposição sobre sua mão de obra, não têm nenhum direito legal em relação ao processo produtivo,
5. O objetivo principal de suas atividades é a satisfação das necessidades reprodutivas da família.

Face ao exposto, pode-se concluir que as (neo)extrativistas do ecossistema urbano da floresta amazônica, tal como suas irmãs das zonas rurais, precisam se organizar coletivamente em torno do aprimoramento de sua capacitação técnico-profissional no campo do associativismo empreendedor que envolve necessariamente projetos de agregação de valor às matérias primas coletadas e, *last but not least*, a indispensável escolha de representantes da esfera pública que defendem o princípio da sustentabilidade.

2.2 ESFORÇOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

Através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pela Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, do Ministério do Trabalho, sob o Código n.º 5.192-05 os catadores são reconhecidos como trabalhadores que recolhem resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis, como papelão, alumínio, plástico, vidro, entre outros. Na Região Metropolitana, as suas próprias entidades estão integradas às Redes Recicla Pará, Cata Pará e à Central Pará (CentPará), unindo, conforme Tabela 7, 16, associações e cooperativas que contam pelo menos 256 cooperadores e associados.

Tabela 7 – Redes, Cooperativas e Associações de Catadores na Região Metropolitana de Belém

Redes	Cooperativas	Associações	Local	Número de associados
RECICLAPARÁ	COOCAPE	--	Maracangalha Pedreira	23
	COOTPA	--	Aurá	14
	CIDADANIA	--	Aurá	36
	RECICLABEN	--	Benevides	22
	ARAL	Maracangalha	--	47
	Filhos do Sol	--	Cremação	10
	--	ACCSB	Maracangalha	39
	--	ACAREMA	Marituba	Número não informado
CENTIPARÁ	CONCAVES	--	Terra Firme Guamá	Número não informado
	COORPEBEM	--	Telégrafo	Número não informado
CATAPARÁ	COCAVIP	--	Maracacuera	22
	--	ASCAJUBA	Cotijuba	46

	CATAURBE	--	Água Branca	7
	--	ASCAUNA	Telegrafo	10
	--	ASCADOUT	Outeiro – Água Boa	9

Fonte: elaboração dos autores.

Essas unidades dialogam diretamente com o Movimento Nacional dos Catadores que está organizado em torno da coleta de materiais recicláveis, feita por catadores; do pagamento aos catadores pelos serviços de coleta de materiais; o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; a conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; e fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

No contexto de suas lutas e embates com o poder público, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis reivindica para si conquistas importantes na área das políticas públicas, das quais podemos citar:

1. A inclusão do catador como categoria de ocupação no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho (CBO);
2. A criação de políticas municipais de coleta seletiva com a inclusão social de catadores;
3. A destinação de imóveis vazios para área de trabalho e moradia de catadores
4. A criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Decreto de 11/09/2003);
5. A alteração da Lei 8666/83 (Licitações) que dispensa a licitação para as cooperativas e associações de catadores;
6. A aprovação da Lei Nacional de Saneamento 11.445 de 2007, que inicia o tratamento da política de resíduos sólidos.

Na Região Metropolitana, o Movimento Nacional está representado atualmente pela catadora Maria Trindade de Araújo, presidente da Rede Recicla Pará, que afirmou:

Meu trabalho contribui para a construção de uma Amazônia mais sustentável, pois hoje, através das retiradas de materiais recicláveis, conseguimos impedir que esses materiais sejam destinados a lixões ou até mesmo jogados nas ruas. Além disto, esses materiais são separados e destinados a empresas competentes, fazendo assim a logística reversa, ajudando com que menos

matéria prima seja tirada da natureza (MARIA TRINDADE, entrevista concedida em 20 de maio de 2016).

Contudo, é preciso levar em conta que os/as catadore(a)s, em sua esmagadora maioria, iniciaram as suas atividades a partir de uma condição de altíssima vulnerabilidade social e têm pouca familiaridade com o horizonte de uma economia solidária (Singer 2008) que, ancorada em princípios como autogestão e transparência, deve nortear a prática das entidades do associativismo empreendedor dos (neo)extrativistas dos ecossistemas urbanos da floresta amazônica. Trata-se de um dilema que faz com que, no interior das entidades dos próprios catadores, estejam se reproduzindo os vícios que caracterizam as vigentes relações sociais da sociedade brasileira, dificultando significativamente a construção de uma cultura dialógica em torno de projetos minimamente sustentáveis do ponto de vista social e econômico. De qualquer maneira, o que o enfrentamento deste mesmo dilema exige, são investimentos bem direcionados na integração proativa das entidades associativistas do(a)s catadora(e)s nas cadeias de reciclagem dos resíduos.

2.3 ADVERSIDADES E DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO EMPREENDEDOR

Atualmente, das 16 associações e cooperativas que fazem parte das mencionadas três redes da Região Metropolitana apenas 10 estão legais nos termos da lei. Trata-se de um dado pouco surpreendente se considerarmos que o nascimento oficial de uma associação e de uma cooperativa representam despesas na ordem de \$1.587 e de \$3.500 respectivamente. No que diz respeito à manutenção de sua existência legal, a primeira exige um dispêndio anual de \$ 1.500. No caso da segunda, este valor aumenta para \$ 17.000, envolvendo, ainda, a disponibilização de 30(!) documentos por ano que vão do alvará de funcionamento até o licenciamento de operação ambiental. Não pode haver dúvida de que, diante de tais barreiras formais, os catadores, em sua maioria, preferem se manter na informalidade, mesmo considerando que tenham uma clara noção do fato de que a *papelada arrumada* de uma unidade cooperativista facilita o estabelecimento de uma relação mais estável com as instâncias dos gestores municipais. De qualquer maneira, quem estiver realmente interessado de fazer no

âmbito da Região Metropolitana das boas intenções da lei N 1235/10 uma realidade minimamente palpável, terá que proporcionar cursos bem estruturados de aperfeiçoamento para os associados e os cooperados que dizem respeito ao funcionamento do associativismo empreendedor em sua qualidade de alternativa organizacional para as populações vulneráveis e ao processo (re)produtivo das cadeias de reciclagem, envolvendo formas de otimização da engrenagem entre coleta, triagem e primeiras formas de processamento dos resíduos. Fazemos questão de destacar que o Projeto “Incubação”, financiado pela Senaes do Ministério de Trabalho e executado pelo Programa “Trópico em Movimento” da Universidade Federal do Pará, se apresenta como um passo na direção certa, mas, obviamente, precisa de muitos outros passos para consolidar o trabalho iniciado em fevereiro de 2016.

Por outro lado, a inserção proativa dos catadores nas cadeias de reciclagem vai além da efetivação de sua capacidade gestora e empreendedora. Neste contexto, vale lembrar que Maria Trindade, Presidente da Recicla Pará, estabeleceu durante a entrevista realizada com ela uma linha direta entre o seu trabalho e a imperiosa necessidade de construir uma “uma Amazônia mais sustentável(...), fazendo assim a logística reversa, ajudando com que menos matéria prima seja tirada da natureza.” E considerando que, nestes termos, chama atenção à necessidade de rever o vigente modelo de crescimento à qual a Amazônia está sujeita, ela nos incentiva de fazer uma referência final à anteriormente mencionada opção do Brasilapostar na “valorização do trinômio biodiversidade-biomassas-biotecnologias”(Sachs 2006, p. 396), criando no âmbito das áreas alteradas da região o embrião de uma civilização original da biomassa que, como já destacamos, se apresenta para os protagonistas regionais como um referencial de ação, capaz de traçar um futuro minimamente sustentável para os múltiplos espaços locais e de entender que no *continente amazônico* um dos desafios principais da questão urbana pode ser resumido nos seguintes termos:

“Em vez de encarar a importação de soluções pré-fabricadas e gestadas no mesmo molde, é preciso considerar a diversidade como um valor cultural de importância basilar.(Sachs 2006, p. 238)

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. Buscando a Autogestão. In: . **Autogestão Hoje: Teorias e Práticas Contemporâneas**. Tradução: Felipe Corrêa e Raphael Amaral, Faisca Publicações Libertárias, 2004.

ADORNO, T., ; HORKHEIMER, M.: **Dialética do Esclarecimento.Fragments Filosóficos**, Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004 - **Resíduos sólidos: classificação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BUCH, H. **Catadores de retornáveis (lixo) e (in)visibilidade social: dimensões psicossociais e educativas**. Tese. Universidade Federal do Paraná. 2015.

CABRAL, E.. **Gestão de Resíduos Sólidos**. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental (PGTGA).http://www.deecc.ufc.br/Download/Gestao_de_Residuos_Solidos_PGTGA/CONSIDERACOES_SOBRE_RESIDUOS_SOLIDOS.pdf Acesso em 05 de outubro de 2016.

CATAFORTE: Fortalecimento de Associativismo e Cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. Anexo I. **CATAFORTE – Negócios Sustentáveis em redes Solidárias**. Distrito Federal. 2010.

FARIA, J. H. **Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**, São Paulo: Atlas S. A., 2009.

GOMES, F. A política pública municipal de resíduo sólido: sua incidência sobre os catadores de lixo do aterro sanitário do Aurá em Belém. Dissertação. Universidade Federal do Pará. 2010.

LEI 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acessado em 15 de junho de 2016.

LIMA, P. O Catador é legal: Um guia na luta pelos direitos dos Catadores de Materiais Recicláveis. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). 2013.

MANGABEIRA, U., : **Entrevista. "A Amazônia é vanguarda."**, in: Diário do Pará 20.1. 2008.

MITSCHEIN, T.; CHAVES, J. ; ESTUMANO, E. **O Estado do Pará no Século XXI e o desafio da educação profissionalizante**, Universidade Federal do Pará, Biblioteca do Instituto de Educação Matemática e Científica, Belém 2014.

MITSCHEIN, T.; CHAVES, J.; MIRANDA, H. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**, Belém 2006.

MITSCHEIN, T.; CHAVES, J. MIRANDA, H. **Os Governos Municipais No Estado Do Pará: Gestores impotentes de um Estado Local de Mal Estar Social ou possíveis indutores de políticas públicas que apostam no aproveitamento múltiplo da biomassa terrestre e aquática dos trópicos**. Belém. 2016.

MITSCHEIN, T.; MIRANDA, R.; PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O caso de Belém**, Belém 1989.

MITSCHEIN, T. ; LIMA, A. **A Reinvenção da Amazônia: Divisor de Águas para o Futuro do Brasil e de seus Vizinhos Sul-americanos**, Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Belém.

MMA (2012) Ministério do Meio Ambiente. ICLEI – Brasil. Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação. Brasília, Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_18_2.pdf . Acessado em 8 de julho de 2016. ISBN: 978-85-99093-21-4.

MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. O que é o Movimento? Disponível em:< http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento>. Acessado em: 10 out.2016.

_____, Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais. 2008.

PENTEADO, A. **Estudos de Geografia Urbana**. Belém 2007.

PONTE, V. **Análise antropológica da socialização das crianças no contexto social das famílias no trabalho do lixo no Aurá**. Dissertação. Universidade Federal do Pará. 2006.

SACHS, I.:**Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo 2006.

SÁEZ, A.; URDANETA G., JOHENI A. **Manejo de residuos sólidos en América Latina y el Caribe Omnia**, vol. 20, núm. 3, septiembre-diciembre, ,pp. 121-135 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela . 2014.

TOFFLER, A. H.:**Riqueza RevolucionáriaO SIGNIFICADO DA RIQUEZA NO FUTURO**. São Paulo 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PROGRAMA INTERDISCIPLINAR TRÓPICO EM MOVIMENTO. Projeto Incubação para fortalecimento de cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis e reutilizáveis – em municípios do Pará. 2015.